



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 682442 - SP (2021/0233084-8)

**RELATOR** : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR  
**IMPETRANTE** : MARCOS MUNHOZ  
**ADVOGADO** : MARCOS MUNHOZ - SP109660  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : SILVIO JOSE MARQUES (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* impetrado em favor de SILVIO JOSE MARQUES em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Agravado em Execução Penal n. 0009243-70.2021.8.26.0506).

O paciente cumpre pena de 9 anos e 4 meses de reclusão pelo crime de estupro de vulnerável. Requerido o livramento condicional, o Juízo da Execução indeferiu o pleito, por entender não preenchido o requisito subjetivo. Interposto agravo em execução penal, o Tribunal de origem negou provimento ao reclamo defensivo.

Informa o impetrante que o apenado, segregado desde 30/5/2013 em regime fechado, não teria recebido qualquer benefício da execução, muito embora tenha bom comportamento carcerário e tenha obtido o requisito objetivo para tanto.

Sustenta que o exame criminológico não vincula o juiz.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão do livramento condicional.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, **indefiro** o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência